

Portugal: Uma crise em várias frentes

Luís Alves de Fraga¹

Universidade Autónoma de Lisboa

Antecedentes

As causas da actual situação portuguesa remontam a várias décadas atrás, nomeadamente aquando da entrada de Portugal na, então, Comunidade Económica Europeia (CEE). Com efeito, a adesão àquela organização foi mal negociada, porque não salvaguardou interesses nacionais importantes, em especial os que davam sustentação à economia portuguesa. A pequena mas útil frota pesqueira foi reduzida para dar oportunidade à continuação da grande frota pesqueira espanhola; a agricultura, ainda que não suficiente para o auto-sustento nacional, foi desacelerada para cumprir os objectivos da Política Agrícola Comum (PAC), pagando-se para que os agricultores deixassem de cultivar; não se estabeleceram prazos bastante alargados para garantir que a indústria portuguesa tinha tratamento favorável na Comunidade, não ficando, em curto espaço de tempo, sujeita à concorrência dos produtos europeus; não se traçou um plano estratégico para aplicação das grandes verbas cedidas pela CEE, a fundo perdido, destinadas à modernização de Portugal, tendo-se optado por fazer uma vasta rede de auto-estradas em desfavor da melhoria da rede ferroviária nacional; permitiu-se o crescimento desmesurado do aparelho do Estado através da criação de empresas públicas quer dependentes do Governo central quer dos municípios. Já depois da transformação da CEE em União Europeia (UE) não se estabeleceram programas de ensino técnico capazes de fornecer mão-de-obra especializada para as poucas indústrias existentes, tendo-se apostado mais forte no ensino universitário e politécnico superior do que na formação de quadros intermédios. Por outro lado, foram desnacionalizadas empresas estratégicas para o desenvolvimento económico de Portugal, transferindo para o sector privado não só os lucros como também as decisões de negócio. Ao mesmo tempo, não se soube aproveitar o *know-how* trazido por empresas multinacionais, perdendo-se quando esta se deslocalizaram para zonas onde lhes eram mais favoráveis os custos de produção.

¹ Doutor em História, mestre em estratégia e licenciado em Ciências Político-Sociais, coronel reformado da Força Aérea Portuguesa, professor do Departamento de Relações Internacionais da UAL.

A abertura do mercado interno aos produtos da UE ampliou o consumo, tornando os consumidores reféns dos seus próprios desejos. De certa forma, este facto pressionou a elevação dos salários de todos os trabalhadores e, muito particularmente, os das empresas públicas e do Estado. Ao mesmo tempo, a construção civil aumentou a oferta de casas de habitação no mercado nacional, quase extinguindo a prática do aluguer. Assim, as famílias passaram a endividar-se para adquirirem o seu apartamento.

A par das causas já referidas verificou-se, também, um aumento da chamada economia paralela a qual floresceu sem contribuir para a cobrança fiscal do Estado enquanto os seus agentes beneficiavam das vantagens sociais estabelecidas para todos os cidadãos, particularmente para os mais desfavorecidos.

A adesão à moeda única — o euro — retirou ao Estado capacidade de intervir, através dos mecanismos financeiros, nas exportações e importações, usando a valorização ou a desvalorização da moeda para estimular a economia e, até, criar nos trabalhadores uma falsa ideia de melhoria de vida, por via de aumentos que se destinavam exclusivamente a acompanhar os níveis de inflação. A adesão criou, também, obrigações inultrapassáveis, nomeadamente a de não contribuir para a existência de um *deficit* orçamental que vá para além dos 3% do valor da despesa orçamentada, de modo a poder manter constante a estabilidade da moeda única, não a desvalorizando nos mercados internacionais. Esta tem sido uma das metas mais difíceis de cumprir por parte do Estado português, pois o aumento das despesas públicas, em consequência dos variados endividamentos, faz crescer o *deficit*, às vezes, de maneira incontrolável. Por outro lado, um mercado aberto a todo o tipo de importações, provenientes dos Estados membros da UE, provoca uma natural retracção da indústria nacional, visto não conseguir concorrer com capacidades que lhe são superiores. Assim, a vulnerabilidade económica foi-se instalando em Portugal. Este efeito é perverso e vai no sentido de aumentar, cada vez mais, a dependência da economia nacional, reduzindo o tecido produtivo e, como é natural, a possibilidade de cobrar impostos sobre uma indústria que não existe, contribuindo para o crescimento do *deficit* orçamental por falta de receita tributária.

A crise

A crise que atingiu, em 2008, todos os países como resultado da globalização e da prática da economia neo-liberal levada ao extremo, Portugal sofreu-a agudamente, embora mais tarde, como se se tratasse de uma forte réplica de um terramoto. Foi durante o ano de 2010 que se fizeram sentir os primeiros efeitos da crise com a travagem da economia e o

aumento do desemprego. O primeiro sector a entrar em derrapagem foi o da construção civil, pois a banca reduziu substancialmente os empréstimos para compra de casa própria. O dinheiro tornou-se muitíssimo mais caro, ainda que a taxa de juro oficial praticada na zona euro tivesse vindo para valores quase irrisórios, pois, os bancos elevaram o valor do *spread* em função do risco que corriam e da possibilidade de aumento de crédito mal parado. Tal medida dificultou e reduziu a procura de habitação dentro dos segmentos cujos compradores pertenciam à chamada média classe média e classe média baixa, pois que o segmento das habitações de luxo continuou a ter forte procura. Isto traduz, afinal, uma realidade que se vem agravando nas duas últimas décadas, já que o leque salarial se tem aberto muito, daí resultando diferenças abismais entre trabalhadores com elevados rendimentos e outros com pequeníssimos.

A crise, em Portugal, acelerou-se, na primeira metade do ano de 2011, fruto das contínuas falências de empresas e deslocação de outras para mercados laborais com custos de mão-de-obra mais acessíveis. Ao mesmo tempo, numa tentativa de manter ainda dentro de limites razoáveis a assistência e apoio social, o Governo foi aumentando o *deficit* sem encontrar forma de se financiar no mercado interno. O sucessivo recurso aos empréstimos externos, em situação de perda de capacidade económica, fez disparar internacionalmente a ideia de que Portugal estaria próximo da bancarrota. Este facto conduziu os emprestadores a subirem para percentagens absolutamente inaceitáveis a taxa de juro dos empréstimos, a curto e médio prazo, ao Estado português. O *deficit* foi-se ampliando e a Comissão da UE impôs ao Governo a adopção de medidas restritivas dos gastos e, simultaneamente, o aumento da receita pública. Foi assim que se estabeleceram os designados PEC (Programas de Estabilidade e Crescimento) através dos quais foi sendo aumentada a carga fiscal e reduzida alguma despesa do Estado, especialmente por aplicação de congelamentos na progressão das carreiras dos funcionários públicos e imposição de taxas de redução salarial segundo a percentagem de rendimento. Foi estabelecido, para os funcionários públicos, que nos salários acima de 1500 euros brutos se passaria a descontar gradualmente de modo a poder arrecadar no valor da despesa.

A apresentação do quarto PEC, por parte do Governo socialista de José Sócrates Pinto de Sousa, desencadeou uma crise política, pois o Primeiro Ministro terá acertado previamente com a Comissão europeia as medidas a implementar antes de as ter negociado com os partidos da oposição, nomeadamente o Partido Social-Democrata (PSD) liderado por Passos Coelho. Deve dizer-se que o PSD se posiciona no centro-direita do hemiciclo parlamentar e que preconiza e advoga medidas económicas neo-liberais com possível

destruição dos instrumentos de apoio social criados e defendidos pelo Partido Socialista (PS), tais como o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o ensino tendencialmente gratuito, para além de outras práticas de auxílio aos cidadãos mais carenciados.

Aberta a crise política, o Presidente da República, Cavaco Silva, dissolveu o Parlamento e mandou que se procedesse a eleições legislativas para determinação do novo Governo. Ao mesmo tempo, o Governo socialista tentava financiar-se nos mercados internacionais, enfrentado taxas de juro cada vez mais altas, enquanto as agências de *rating* indicavam uma maior perda de credibilidade internacional do Estado português. Em face de um tal quadro, e mesmo antes da ocorrência das eleições, os três partidos que nos últimos trinta anos têm tido acesso à governação — PS, PSD e CDS (Centro Democrático Social) — concordaram em pedir o apoio internacional do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão europeia, a designada *troika*. O Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE) — ala mais extremista do parlamento — recusaram-se a avalizar o entendimento com a *troika* por discordarem das medidas que iriam ser adoptadas à semelhança das que haviam sido aplicadas na Irlanda e na Grécia.

Na verdade, depois de rápidas conversações, os representantes dos três organismos que vão emprestar dinheiro a Portugal aceitaram fazê-lo contra a implementação de duríssimas medidas económicas, sociais e financeiras que não garantem, em absoluto, que, em 2016, Portugal esteja em condições de cumprir as disposições da UE, pois encontrar-se-á descapitalizado, sem economia concorrencial e com uma elevadíssima taxa de desemprego associada a uma grande taxa de emigração.

Conclusão

A ausência de uma estratégia nacional com objectivos bem definidos do ponto de vista económico, social e financeiro conduziu Portugal a uma viragem brusca e desgovernada para a Europa, no início da década de 80 do século passado, esquecendo a sua ligação secular ao mar, a África e ao Brasil. Assim, vivendo uma euforia de dinheiro fácil aquando da adesão à CEE, na ausência de uma negociação em força e poderosa, o país desbaratou bens em proveito de pessoas individuais sem contrapartidas em vantagens para a Nação.

Será difícil encontrar uma saída imediata sem que haja fortes investimentos em áreas estratégicas que vão ao encontro da vocação secular portuguesa. Julgamos, por conseguinte, que o mar será a via para uma reafirmação nacional através do comércio que se faz e que tenderá a aumentar com o futuro desenvolvimento dos Estados africanos de língua portuguesa, bem como aproveitando as sinergias emergentes do Brasil, já que,

geograficamente, Portugal é a porta de entrada mais austral da Europa em relação ao Atlântico Sul, tendo capacidades para se tornar num grande entreposto comercial dos produtos oriundos da lusotropicalidade. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma alternativa que pode e deve ser explorada quer na perspectiva portuguesa quer na dos Estados lusófonos, dado haver complementaridades que a médio e longo prazo satisfarão todas as partes envolvidas.

Lisboa, 10 de Junho de 2011

<http://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/75226.html>